



CONSELHO EDITORIAL

Bertha K. Becker (in memoriam)

Candido Mendes

Cristovam Buarque

Ignacy Sachs

Jurandir Freire Costa

Ladislau Dowbor

Pierre Salama

Marcelo Natividade
Leandro de Oliveira

As novas guerras sexuais
Diferença, poder religioso e
identidades LGBT no Brasil

G a r a m o n d

Copyright © 2013, dos autores

Direitos cedidos para esta edição à

Editora Garamond Ltda.

Rua Cândido de Oliveira, 43 – Rio Comprido

Cep: 20.261.115 – Rio de Janeiro, RJ

Telefax: (21) 2504-9211

E-mail: editora@garamond.com.br

Revisão

Carmem Cacciaccaro

Editoração Eletrônica

Estúdio Garamond / Luiz Oliveira

Capa

Estúdio Garamond / Anderson Leal

Sobre imagem de Paul Loubet, disponível em <http://www.flickr.com/photos/mortaubongout/7031264909/> sob licença Creative Commons.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

DO SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N23

Natividade, Marcelo

As novas guerras sexuais : diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil / Marcelo Natividade, Leandro de Oliveira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2013.

304 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 9788576173052

1. Antropologia 2. Comportamento sexual 3. Sexualismo 4. Homossexualismo 5. Religião. I. Oliveira, Leandro de. II. Título.

13-07600

CDD: 306

CDU: 316.7

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

- 7 DESEJO E DIFERENÇA – À GUIA DE PREFÁCIO,
- 17 APRESENTAÇÃO
- 29 *Capítulo 1* – OS CAMINHOS METODOLÓGICOS
- 39 *Capítulo 2* – DIVERSIDADE SEXUAL E RELIGIÃO:
A CONSTRUÇÃO DE UM PROBLEMA
- 73 *Capítulo 3* – DIFERENÇAS INDESEJÁVEIS:
REINVENTANDO A “AMEAÇA HOMOSSEXUAL”
EM TEMPOS DE CIDADANIA LGTB
- 121 *Capítulo 4* – CONTRA O MONOPÓLIO
HETEROSSEXISTA DO PODER RELIGIOSO:
GRUPOS E IGREJAS INCLUSIVAS
- 153 *Capítulo 5* – “NÓS AMAMOS OS HOMOSSEXUAIS”:
ALGUMAS PERSPECTIVAS PASTORAIS DE
“ACOLHIMENTO” A PESSOAS LGTB
- 177 *Capítulo 6* – O PODER RELIGIOSO E AS PESSOAS LGTB
- 215 *Capítulo 7* – DEUS “TRANSFORMA” OU DEUS “ACEITA”?
NEGOCIAÇÕES E MEDIAÇÕES
NA PASSAGEM ÀS IGREJAS INCLUSIVAS
- 243 *Capítulo 8* – CONVENÇÕES CULTURAIS, RELAÇÕES
FAMILIARES E ORIENTAÇÃO SEXUAL
- 275 *Capítulo 9* – À GUIA DE CONCLUSÃO
- 285 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS,

DESEJO E DIFERENÇA – À GUISA DE PREFÁCIO

Luiz Fernando Dias Duarte

A modernidade é, acima de tudo, um turbilhão de transformações. Transformações desejáveis ou indesejáveis, defendidas ou combatidas, sofridas ou apetecidas, elas interpelam todos nós, a todo momento, obedecendo aos acicates originais da perfectibilidade e do melhoramento – aqueles que os grandes ideólogos de nossa cultura postularam e burilaram.

A grande transformação emergente entre os séculos 17 e 18 propôs sobretudo uma transformação do mundo público, com a constituição da nova ordem política e civil que as revoluções viriam impor às sociedades ocidentais. Não se ignorava que tudo fosse depender das condições privadas, pessoais, íntimas, sentimentais dos novos cidadãos, mas se imaginava que pudessem se metamorfosear meio automaticamente uma vez liberados os entraves da ordem tradicional, do ancien régime.

Uma das linhas dessa ação libertadora era a da autonomização em relação à religião. A ordem pública devia ser laica, ainda que pudesse respeitar e compartilhar certas dimensões dos controles morais com os preceitos de tal ou qual confissão religiosa. A apologia da liberdade tinha que conviver com o temor do descompromisso ético em relação ao bem comum – a fantasia do “se Deus não existe, tudo é permitido”. A outra linha partia do reconhecimento explícito de uma comunhão ética de cunho religioso como solo para a construção da solidariedade pública terrena – caminho seguido pela primeira nação originariamente moderna, os EUA.

Ao longo do século 19, tudo foi ficando mais complicado. Nem as experiências de extirpação das igrejas da vida social tinham dado certo, nem se tinha certeza de que a nova ordem moral pudesse conviver com a normatização tradicional oriunda das religiões (no caso, fundamentalmente as cristãs). Os desenvolvimentos do materialismo e do cientificismo levaram a cruzadas eruditas importantes contra a ordem religiosa, propondo frequentemente substituí-la por naturalizações radicais, como as que se cristalizaram nas ideologias higienista, eugenista e degeneracionista, e acabaram redundando nos devastadores regimes racistas da primeira metade do século 20.

De qualquer forma, a ordem liberal retomou o seu rumo com o fim da II Grande Guerra e atingiu o seu ápice nas últimas décadas do século, estimulada pela revolução contracultural, por um lado, e pela hegemonia do neoliberalismo econômico, por outro – sobretudo após a falência política e moral do império soviético.

A progressiva liberalização dos costumes, decorrente da generalizada hegemonia erudita da ideologia do individualismo, cresceu enormemente nesse período, sobretudo no período que mediou entre o início da comercialização da pílula anticoncepcional e a eclosão da epidemia do HIV/Aids. Em todo esse tempo, a modernização moral manteve uma linha de tensão constante com as barreiras comportamentais restritivas de cunho religioso. Essa tensão se desenvolveu de formas muito diversas nos vários países, segmentos e classes sociais afetados pela liberalização. O que é certo é que a disposição em se antepor à modernização dos costumes também passou a crescer nas instituições religiosas, instadas a formalizar de modo cada vez mais dogmático as fronteiras de sua diferença em relação aos novos valores.

Esse continua sendo fundamentalmente o horizonte das grandes controvérsias morais contemporâneas. Em todo o mundo pulsa essa tensão, mas de modo ainda mais contundente no Brasil, graças ao ritmo acelerado que tomaram as transformações socioeconômicas na segunda metade do século 20 e à considerável defasagem das condições ideológicas da população em relação ao projeto modernizante. A fraqueza patética do aparato educacional, a precária extensão da

saúde pública, as vicissitudes da incorporação da população às condições políticas plenas da cidadania, tudo contribuiu para um acesso muito peculiar aos desafios contidos na ordem liberal. Ao mesmo tempo, no entanto, um gigantesco desenraizamento afetou todo o tecido social. Urbanização acelerada, desmantelamento das formas tradicionais da produção e do trabalho rural, exposição aguda às manifestações mais superficiais e sintomáticas da ordem moderna (como o consumismo veiculado pela onipresente televisão) acabaram sendo acompanhados pela subordinação do mundo do trabalho urbano às reformas neoliberais e aos ajustes econômicos transnacionais, com seus corolários de desemprego estrutural e precarização dos contratos.

Se acrescentarmos a tudo isso o fato de que, nas metrópoles, a modernização moral nunca cessou sua previsível escalada, acenando com uma sempre crescente liberalização dos costumes, temos armada a cena de um grande confronto social. E ele aí está, desafiando todos os grupos sociais, um pouco mais aqui e ali, sobretudo nas metrópoles, agitadas por uma verdadeira “guerra cultural”.

Este livro é o resultado de uma pesquisa antropológica sobre as condições em que se trava essa guerra, em um ponto preciso do mapa nacional e com um foco etnográfico detalhado. Trata-se de compreender como essas transformações afetaram o campo religioso brasileiro, produzindo um cenário muito peculiar de atitudes em relação à sexualidade e à moralidade.

Seus autores debruçaram-se sistematicamente sobre os mais variados tipos de materiais, para apresentar este quadro contundente da vivacidade dos movimentos pela diversidade sexual e do redobrado combate que lhes move a maior parte das instituições cristãs. A guerra tem numerosas frentes, onde se armam os combatentes, com a inevitável carga de exasperação e sofrimento implicada em tais confrontos. Mas a metáfora da guerra tem um limite importante nesse caso, embora seja utilizada pelos próprios agentes envolvidos. Ela não alicia combatentes plenos, sabedores dos riscos de tais enfrentamentos. Ela os institui; eles crescem num campo minado por alternativas polares que não representam apenas disposições éticas ín-

timas, mas verdadeiras e completas carreiras morais, com implicações sobre todo o sentido de suas vidas.

É preciso sublinhar que esses dolorosos embates se processam sobretudo nas classes populares ou nos segmentos de uma ascendente classe média que ainda se sentem comprometidos com as tensões morais de seus meios de origem. São grupos sociais que enfrentam desafios de reprodução social muito intensos em todos os níveis. Economicamente, sem dúvida. Mas, como sempre, dificuldades econômicas que são vividas e pensadas a partir de equacionamentos culturais mais amplos; em que a família, a moralidade e a religião conservam uma preeminência crucial.

E é justamente a respeito de família, moralidade e religião que os desafios se armam. Pois a religiosidade frouxa, complexa, sincrética, característica das classes populares até os anos 1980, vem sendo avassalada por um empreendimento de reavivamento cristão completamente inesperado, centrado nas denominações pentecostais. Esse reavivamento afetou as posições das igrejas estabelecidas, ocupou espaços do catolicismo popular e dos cultos afro-brasileiros, e passou a ocupar posições fortes no mundo público, reivindicando a adoção de barreiras explícitas à liberalização dos costumes.

O conservadorismo moral não é apanágio das classes populares; segmentos importantes das classes médias e das elites dele compartilham – e vinham sendo eficientes em travar passos mais audaciosos da liberalização, como o da descriminalização do aborto. Mas as condições em que se dá a construção da pessoa nesses meios são muito diferentes da que prevalece nas classes populares. A forma hegemônica da sociabilidade frouxa nos meios sociais altamente letrados permite mais facilmente a adoção de comportamentos não convencionais, podendo-se mesmo dizer que os estimula sob determinados aspectos. As noções nativas de modernidade, de vanguarda, de autonomia individual se nutrem em boa parte dessa constante demonstração – o que não deixa de implicar, certamente, tensões e padecimentos tópicos.

O processo que chamei, em outro texto, de “desentranhamento da sexualidade” (cf. Duarte, 2004) é chave para a compreensão

desses desenvolvimentos, já que se trata da área mais crítica para a liberalização dos costumes. O desentranhamento consiste em essência no reconhecimento socialmente compartilhado de que a experiência das relações sexuais possa ser separada das demais dimensões a que normalmente esteve atrelada na história humana. Separada da reprodução e da família – um passo fundamental. Mas separada, desentranhada, da moralidade como um todo – e, sobretudo, de considerações religiosas.

Esse processo, que nunca se pode completar totalmente, já que nenhuma dimensão da experiência humana é inteiramente autonomizável das demais, avançou bastante nos segmentos letrados, mas certamente não se disseminou nas classes populares (cf. Duarte, 1987). Embora diferencialmente construído entre os gêneros e as classes de idade, o sentimento de que as práticas da sexualidade são indissociáveis das marcações morais e identitárias consolidadas na forma “família” prevalece claramente ainda hoje.

Um elemento muito notável desse quadro é o de que as transformações ideológicas ocorridas ao longo dos últimos séculos nos discursos dominantes afetaram pelo menos num ponto importante as representações populares: a disseminação de uma visão de mundo naturalista, ou seja, a ideia de que as mais importantes características da experiência humana sejam ancoradas numa qualidade “natural”, universal e irrelativizável (cf. Duarte et al., 2006). Os veículos dessa disseminação foram, por um lado, os saberes médicos (em suas frentes sanitaristas interventivas) e, por outro, as próprias igrejas cristãs, que não tinham tradicionalmente necessitado desse argumento para sustentar a evidência universalista de seus preceitos, mas passaram a importar dos saberes científicos o recurso à dimensão “natural” de valores tais como a família, o amor conjugal, a personalidade do embrião, a heterossexualidade etc.

A experiência das culturas de classe não é estanque, nem impermeável, tanto do ponto de vista ideológico (como se vê pela expansão do naturalismo), quanto do ponto de vista sociológico. Por inúmeras vias capilares abrem-se possibilidades de passagem de uma condição popular para uma condição burguesa, com todas as

nuances e meandros que tais processos podem comportar. Mesmo as vias mais objetivas, como a da acumulação econômica – mas com mais razão uma série de outras –, dependem de dinâmicas complexas de transformação interior, de deslocamento da subjetividade, de autonomização moral. São processos delicados de desenraizamento em relação às condições de reprodução originárias (as de sua família de formação), de estranhamento em relação aos valores de seu meio, de alternância para outros regimes de identidade e satisfação.

Esse processo comporta muitos níveis de atualização, permanecendo muito frequentemente a meio caminho da conversão de classe, no registro do que já propus chamar de “autoafirmação” (cf. Duarte; Gomes, 2008), ou seja, do atingimento de condições mais favoráveis de reprodução social intensamente desejadas, sem que isso importe em completa alternância de valores.

Há um certo número de papéis, bem restrito, que permite comumente essas passagens, parciais ou completas. São papéis desviantes que ensejam justamente que os sujeitos experimentem outras condições sociais, que com elas se enfrentem, que delas retirem motivos ou incitações para sua própria e eventual transformação interior. A militância política ou sindical foi classicamente uma via mestra em muitas situações históricas. No Brasil contemporâneo, cresceram outras alternativas, entre as quais menciono apenas três, diretamente pertinentes para a compreensão do horizonte desta obra: as carreiras religiosas no mundo evangélico (sobretudo pentecostal), as carreiras nas grandes organizações criminosas (particularmente no narcotráfico) e as carreiras sexuais que se afastam da heteronormatividade de gênero.

Trata-se evidentemente de condições muito díspares, com pressupostos e implicações que as opõem entre si de modo radical. Guardam entre si, no entanto, elementos importantes dessa alternância moral que singulariza os sujeitos em relação a seu meio de origem. Guardam ainda, de modo muito forte, uma solidariedade no que respeita a relação entre identidade e sexualidade/gênero. Se as duas primeiras pressupõem uma reiteração dos papéis convencionais, elas o fazem de modo emblemático: a exemplaridade da vida afetiva e sexual do convertido e de sua família; a exemplaridade da afirmação

do papel da masculinidade agressiva do bandido. A terceira enfatiza igualmente essa relação, mas sob a forma de diferentes inversões quase rituais: desde a inversão da relação entre corpo e gênero, como no caso das travestis, até a inversão da relação de troca entre os gêneros, como na posição homossexual.

Não é à toa portanto que as três figuras componham um triângulo de significação etnográfica marcante. A posição religiosa se contrapõe explicitamente às outras duas, transformando-as em objeto privilegiado de seu interesse pastoral (veja-se a importância dos testemunhos religiosamente inspirados de “ex-bandidos” e “ex-homossexuais” em Teixeira, 2009, e. g.). A posição criminosa mantém uma relação de contraposição com as outras duas, mas pode funcionar em regime de não-agressão (já que não são seus antagonistas privilegiados) e mesmo de aliança, como no caso da relação com diversas denominações pentecostais. Pode-se entrever – por exemplo –, em trabalho de Paulo V. Leite Lopes (2011), a tensão e ambiguidade das relações que podem se estabelecer entre traficantes e homossexuais em dada favela carioca.

Este livro nos apresenta trajetórias riquíssimas de sujeitos em processo de transformação social, enredados na contraposição entre as determinações religiosas de seu meio e as ambições de construção de carreiras relativamente autonomizadas, ali onde tem um papel crucial a possibilidade do desempenho de uma sexualidade desentranhada. Essas trajetórias se atualizam num campo de forças de grande alcance, que chega atualmente até o parlamento nacional. E é claro que, com tamanha amplitude, conjuram interesses e valores muito complexos de uma vasta gama de atores sociais.

Há uma dimensão muito básica, no entanto, que se deixa revelar por meio desta pesquisa: a da transformação convulsiva da base popular urbana da população brasileira. A via religiosa reavivada, analisada por uma crescente bibliografia antropológica, expressa um desejo de diferença. A via libertária – bem menos bem descrita, porque fundamentalmente submersa na vida privada – expressa também um desejo de diferença. Seguem, no entanto, rumos simetricamente inversos.

A primeira aposta numa exacerbação do entranhamento familiar, sustentado por uma moral sexual convencional. A vida congregacional é mesmo, em muitas denominações, uma sublimação da família (como sempre foi, de certa maneira, para o cristianismo popular). Em outros casos, apenas uma santificação do pertencimento familiar já é suficiente para sustentar essa expectativa, esse desejo de se afastar da instabilidade da vida comum, da vida precária, dos laços de insegurança.

A via libertária aposta numa exacerbação da autonomia individual, da preeminência do desejo pessoal sobre os acordos relacionais. O afastamento da família de origem é um significativo fundamental desse processo, já que nenhuma acolhida costuma se encontrar aí para tais voos contestatários. Embora possam não ser nada fáceis as estratégias de vida dos sujeitos de tal desejo, elas também podem conduzi-los ao acesso a bens sociais e culturais prestigiosos dos quais estariam de outra forma totalmente alijados.

Este breve comentário sobre as condições da guerra cultural que ora se trava a propósito de desejo e diferença exigiria a referência crescente às racionalizações formais propiciadas pelo acesso ao letramento e ao “estudo”. Nas duas vias opostas, o recurso à mediação elaborada e escrita é crescente, além do fenômeno da busca de alianças com segmentos simpatizantes oriundos de outros segmentos sociais. Verdadeiras elites intelectuais se formam nas duas hostes, capazes de acionar os recursos mediáticos e manipular as forças políticas a seu favor.

Se é verdade que talvez se possa entender nesse registro comum as condições sociais mais amplas da guerra, é preciso atentar porém para uma diferença fundamental entre suas armas, bem descrita ao longo do livro: a via libertária não pretende expulsar a via religiosa do campo social; dela apenas se afasta. Já a via religiosa se volta com um rigor policalesco contra seus oponentes. Confundindo esse estilo de vida com o princípio do mal que infesta sua cosmologia duramente dualista, antepõe-lhe um anátoma. Deseja extingui-la das opções possíveis de construção de si em nossa sociedade.

Eis o motivo por que um sopro de indignação subjaz a um cui-

dadoso trabalho de pesquisa científica: não há como tolerar a intolerância. Esse é um princípio fundamental da ordem pública ocidental moderna (e uma penosa contradição prática do princípio). É verdade que formações de compromisso emergem no campo conflagrado, como o fenômeno das igrejas inclusivas, aqui tão bem descrito. São um exemplo magnífico das muitas possibilidades de mediações que terão que ser construídas para que a guerra contra a diferença libertária não seja vencida pelos que querem fechar e não abrir o leque das possibilidades de transformação em nossa sociedade.